

Prefeitura Municipal de Ananindeua
Controladoria Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 17.819/2024-SEMUTRAN

REFERENTE AO CONTRATO Nº 004.2024.PMA.SEMUTRAN

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou os autos do processo nº **17.819/2024-SEMUTRAN**, referente ao **CONTRATO Nº 004.2024.SEMUTRAN**, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Ananindeua, e a empresa **LN DA COSTA**, inscrita no **CNPJ nº 05.360.995/0001-15**.

O presente contrato tem por objeto **“FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Ananindeua/PA”**, no valor total de **R\$ 23.130,00 (Vinte e três mil, cento e trinta reais)**, com prazo de **VIGÊNCIA** é de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do contrato no dia **18 de julho de 2024**. Consta nos autos o **Parecer Jurídico Nº. 106/2024 ASSESSORIA JURÍDICA – SEMUTRAN**, favorável ao prosseguimento. Com base, nas regras insculpidas pela legislação, pelo que declara, ainda que o presente Contrato **se encontra:**

(X) Revestido de todas as formalidades legais, estando apto a dar prosseguimento;

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Contrato, supracitado encontra-se parcialmente em ordem, podendo a administração pública dar sequência e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Desta forma ante o exposto, se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, ato exclusivo da administração, submetemos o presente à consideração e ou deliberação superior do Ordenador de Despesa para serem adotadas as demais providências legais.

Ananindeua-PA, 23 de julho de 2024.